



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004056-54.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Luciana Raymundo Zanotto**
 Requerido: **Tam Linhas Aéreas Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

A autora almeja ao recebimento de indenização para reparação de danos materiais e morais que sofreu em decorrência da má prestação de serviços por parte da ré.

Alegou para tanto que contratou junto à mesma o embarque de Santiago do Chile para São Paulo (Guarulhos), onde faria conexão com destino a Ribeirão Preto, mas o primeiro voo atrasou e inviabilizou a mencionada conexão porque chegou a São Paulo catorze horas após o previsto.

Alegou ainda que em virtude disso pernitoitou em São Paulo, pois não conseguiu outro voo com destino a Ribeirão Preto, não recebendo assistência alguma da ré.

Os documentos apresentados pela autora respaldam sua versão, ao passo que a ré não negou os fatos trazidos à colação.

Suscitou em seu benefício que não obrou com desídia porque o atraso no voo derivou de caso fortuito que não lhe poderia ser atribuído.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A leitura da peça de resistência evidencia que uma falha mecânica na aeronave em que a autora viajaria deu causa a todo o desdobramento que se deu sem que, todavia, fosse coligido um indício sequer que ao menos conferisse verossimilhança à explicação.

Tocava à ré demonstrar o que assinalou no particular, como inclusive foi referido no despacho de fl. 84, mas ela não só deixou de instruir a contestação com elementos que denotassem a ocorrência da aludida falha mecânica como asseverou a fl. 87 que não tinha interesse no alargamento da dilação probatória.

O mesmo raciocínio aplica-se à falta de assistência prestada à autora durante o largo espaço de tempo em que permaneceu no aeroporto de Santiago do Chile (o embarque inicial estava marcado para 08h:10min, mas sucedeu às 16h:10min, de sorte que sua chegada a São Paulo se deu catorze horas após o previsto).

A esse respeito, é certo que a ré declinou que *"no aguardo para o próximo voo foi fornecido estadia em hotel e alimentação"* (fl. 48, parte final do primeiro parágrafo), mas não fez nenhuma prova do alegado.

Diante desse cenário, tem-se por admitida a falha na prestação dos serviços a cargo da ré, seja pelo atraso que fez com que a autora perdesse a conexão que faria para Ribeirão Preto, seja pela falta de assistência a ela ao longo do tempo.

Resta saber nesse contexto se da conduta da ré nasce à autora o direito às indenizações que postulou.

Os danos materiais estão presentes.

A autora adquirira passagem de São Paulo para Ribeirão Preto (fls. 15/16), mas não pode viajar e necessitou pernoitar naquela cidade (fl. 17), despesa essa, não prevista, somente verificada pelo atraso provocado pela ré.

Nada demonstra, ademais, que tivesse sido reembolsada pela passagem comprada de princípio, considerando a necessidade de nova aquisição pelo mesmo motivo.

Fará jus, portanto, ao reembolso de R\$ 485,15, mas essa devolução não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *"a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor"* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a referida regra.

Os danos morais suportados pela autora estão igualmente configurados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É inegável que ela perdeu horas para o embarque da viagem que faria sem que a ré lhe prestasse a devida assistência e, como se não bastasse, foi obrigada a pernoitar em São Paulo quando já tencionava retornar para São Carlos.

Tudo isso seguramente lhe causou desgaste de vulto que foi muito além do mero dissabor inerente à vida cotidiana, afetando-a como de resto qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição seria afetada.

É o que se conclui pela aplicação das regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95), não tendo a ré dispensado à autora o tratamento que lhe seria exigível ao menos na espécie vertente.

Ficam caracterizados os danos morais, pois.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, diante da ausência de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 485,15, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2016 (época do desembolso das somas que a compuseram), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**